

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 493.145 - SP (2019/0040774-4)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : LEONARDO VINICIUS OLIVEIRA DA SILVA E OUTRO**  
**ADVOGADOS : PAULO DIACOLI PEREIRA DA SILVA - SP211642**  
**LEONARDO VINICIUS OLIVEIRA DA SILVA - SP277006**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : CAIO DA SILVA FURTADO (PRESO)**

## EMENTA

*HABEAS CORPUS*. CRIME DESCRITO NO ART. 157, § 2º, I E II, DO CP. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. SÚMULA N. 52/STJ. ALTERAÇÃO DO CENÁRIO FÁTICO-PROCESSUAL. PERDA DE OBJETO.

*Writ* prejudicado.

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Caio da Silva Furtado**, em que se aponta como órgão coator o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Depreende-se dos autos que o paciente, preso preventivamente desde 25/3/2018, foi denunciado pela prática, em tese, do crime descrito no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal (Ação Penal n. 0000685-06.2018.8.26.0542).

Irresignada, a defesa impetrou o HC n. 2000879-12.2019.8.26.0000, objetivando a imediata liberdade do paciente. O Tribunal *a quo*, por unanimidade, denegou a ordem, em acórdão assim ementado (fl. 26):

EMENTA: *Habeas Corpus* - Roubo majorado e receptação - Insurgência contra a manutenção da custódia cautelar, sob o argumento de excesso de prazo na formação da culpa - Inadmissibilidade - Ação penal marcada por certa complexidade, em cujos autos se fez necessária expedição de cartas precatórias, a justificar maior lapso temporal para a finalização da instrução criminal, sem vulneração do princípio da razoabilidade. Hipótese, ademais, em que o processo tramita regularmente. Desídia do Juízo não demonstrada. Ordem denegada.

O excesso de prazo na formação da culpa funda a presente impetração.

Requer, assim, a revogação da prisão preventiva, com a expedição do competente alvará de soltura em favor do ora paciente.

À fl. 567 assim despachei:

# Superior Tribunal de Justiça

Antes de tomar qualquer decisão neste *writ*, solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Osasco/SP, no prazo de **72 horas**, sobre o atual andamento da Ação Penal n. 0000685-06.2018.8.26.0542 (Controle n. 2018/000833) em que figura como denunciado **Caio da Silva Furtado**, bem como o tempo de prisão, juntando-se documentos pertinentes.

A solicitação deverá ser acompanhada da petição inicial formulada às **fls. 3/15**.

Após, devolvam-se os autos para apreciação do pleito liminar.

Em 22/2/2019, o Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Osasco/SP, às fls. 576/578, noticiou que:

O paciente foi preso em flagrante em 25 de março de 2018, juntamente com os autuados *Wellington* e *Kaio*, pelo crime de roubo duplamente majorado (fls. 83/101). A prisão foi convertida em preventiva em audiência de custódia (fls. 125/126).

Em 27 de março de 2018 a defesa do paciente requereu a revogação da prisão preventiva (fls. 138/148), indeferida (fls. 160/161).

Em 19 de abril de 2018 o Ministério Público denunciou o paciente como incurso no artigo 157, parágrafo 2º, incisos I e II, do Código Penal (fls. 190/193).

Em 20 de abril de 2018 a denúncia foi recebida (fl. 207).

O paciente foi citado (fls. 380/381) e apresentou defesa preliminar (fls. 220/225).

Em 07 de junho de 2018 foi ratificado o recebimento da denúncia e designada audiência de instrução e julgamento para o dia 22 de agosto de 2018, às 13:30 horas (fls. 401/402).

Foi expedida carta precatória para a oitiva da vítima *Adriano Rodrigues Teles* (fls. 419/422).

Em audiência realizada dia 22 de agosto de 2018 foram ouvidas quatro testemunhas, aguardando-se o retorno das cartas precatórias expedidas para oitivas da vítima *Adriano Rodrigues Teles* e da testemunha *Regis Soares dos Santos* (fls. 439/444) para designação de audiência de interrogatório.

O juízo deprecado determinou a expedição de ofício ao juízo deprecante para que indique as peças processuais a serem digitalizadas, a fim de se dar integral cumprimento ao ato deprecado (fls. 481/483).

Diante do constante na carta precatória juntada, foi expedido novo documento, solicitando a urgência necessária para cumprimento (fls. 484/488).

A carta precatória foi distribuída em 20 de novembro de 2018 (fls. 505/506). Para a oitiva deprecada, foi designado o dia 13 de novembro de 2019, às 17:20 horas (fls. 510/511).

Por decisão datada de 01 de fevereiro de 2019 e, diante da consulta de fls. 512, foi determinada a expedição de ofício ao Juízo deprecado solicitando a antecipação da audiência designada informando que se trata de processo de réu preso (fls. 513).

Liminar indeferida (fls. 654/658).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ*, ou pela sua denegação (fls. 662/666).

# *Superior Tribunal de Justiça*

É o relatório.

Sobrevindo o julgamento da Ação Penal n. 0000685-06.2018.8.18.26.0542 em 1º/10/2019, consoante informação obtida no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo, perde o objeto a impetração, que discute o excesso de prazo na formação da culpa (Súmula 52/STJ).

À vista, pois, da nova realidade fática, a teor do disposto no art. 34, XI, do RISTJ, **julgo prejudicado** o presente *writ*.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

